**Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abajo”**

Ana Maria Motta Ribeiro[[1]](#footnote-2)

Ana Cláudia Matos Da Silva[[2]](#footnote-3)

Este artigo pretende fornecer alguns caminhos para a compreensão histórico-sociológica do atual, notório e excessivo padrão – com larga margem de impunidade - de truculência e abuso por parte do Estado e das classes dominantes, verificado no meio rural. Para tanto, propõe a consideração dos registros das publicações Conflitos no Campo Brasil, da Comissão Pastoral da Terra, que registram e revelam tal situação desde 1985.

Começamos por enfatizar as singularidades do mando autoritário/liberal, inerentes à reprodução das relações de dominação oligárquicas, colonizadas, constituídas no capitalismo dependente, tanto no Brasil tanto quanto em toda América Latina, que revelam incontida tensão interna na dinâmica de sua agência reprodutiva, que se dá muitas vezes fora do Pacto Burguês consolidado na Inglaterra como definição de classe.

O Estado e a organização das classes dominantes brasileiras entram em plena modernidade – a partir da independência e da república – perpetuando continuidades e contrastes. Articulam, por um lado, formas de mandonismo autoritário puro ou autoritário na versão liberal, praticando atos de violência letais, brutais ou disfarçados na dimensão física e/ou ideológica contra indivíduos, corpos e territórios subalternizados, locupletando-se da apropriação privada do patrimônio nacional geral: concentração fundiária quase absoluta; apropriação da renda da terra devoluta; reedição de leis e decretos a seu favor; demora na promulgação de leis e decretos contra seus interesses; manipulam vantagens e *lobbies* dentro do sistema legislativo ou judiciário. E em outra mão, revelam contraditoriamente, sua pequenez moral enquanto burguesia colonizada: a subserviência.

Para garantir seu lugar de mando e seus ganhos privados, estas forças contribuem com a promoção dos interesses do Capital internacional, deixando um rastro de dúvidas significativas, ou singularidades de sua condição burguesa de classe, em face de sua formação histórica desde a Inglaterra.[[3]](#footnote-4) Esta constatação torna urgente uma crítica quanto à capacidade de liderança e regência política no Brasil desta classe, tanto interna quanto externamente. Pois é no bojo da reprodução das já citadas práticas que sobressai, gritante, a cruel violência cometida contra qualquer expressão social ou política que contrarie seus objetivos, interesses e práticas.

A truculência empregada na tentativa do apagamento da luta de classes é um sinalizador da condição de fragilidade destes agentes em seu objetivo de construir um projeto nacional, visto que a função que atribuem a si é a de “feitores”, a quem – à ausência de capacidade de negociar ou respeitar pactos urdidos sob a lei e a constitucionalidade – resta massacrar e exterminar. Sobre esta questão, Florestan Fernandes[[4]](#footnote-5) questiona a consistência e condição de classe, denominando-a Burguesia Autocrática, a saber, aquela que sequer produziu uma real Revolução Burguesa no país e para si mesma. Dentre os corpos mais violados e abusados, destacam-se os de Mulheres. Sobretudo pobres, sobretudo pretas, sobretudo libertas em suas escolhas de liderança ou de orientação sexual.

Nos deteremos nesta questão mais adiante, mas é no bojo do ódio elitista patriarcal e racista que a violência encontra o ambiente perfeito para crescer exponencialmente, como fica claro no necrogoverno de Bolsonaro sobre aqueles indivíduos que são parte de territórios comunais, assentamentos de reforma agrária, tradicionais, quilombolas ou originários, que lutam por seu lugar de reprodução material e imaterial com algum nível de autonomia. E, em tal contexto, é lícito dizer que esses corpos individuais ou coletivos são, simultaneamente, corpos-território, uma vez que sua identidade reprodutiva passa por uma relação intensa com a terra e as águas.

Este artigo escolhe esse caminho de explicação, em lugar de responsabilizar as condições de vulnerabilidade dos agentes atingidos por essa violência, abrindo uma perspectiva para que se leve em conta que cada conflito evidencia as dores e crueldades dos corpos que sofrem ataques apenas por quererem existir, e que resistem. Também esta escolha se propõe como uma espécie de chave que revela suspeições e ilegalidades interessantes: poder militar fora da ordem (milicianos), necroatitudes de lesa humanidade, promovidas com o aval da gestão conduzida pela oligarquia colonizada e pelo Estado, invasores promíscuos, privatizadores e, portanto, castradores da ação político-representativa destes corpos diante e como parte da sociedade civil.

Para compreender a conjuntura do aumento exacerbado da violência contra subalternizados e territórios, que este número de 2021 dos relatórios[[5]](#footnote-6) da CPT cobrem, devemos levar em conta várias questões. Dados investigados na academia têm revelado o frequente uso de formas ilegítimas, ilegais ou suspeitas, pelas classes dominantes, particularmente aquelas reconhecidas conceitualmente pelo apelativo de “bancada ruralista” (oligarquia agrária) que se articula com outras frações de classe na elite do poder identificadas pela mídia e pela academia em quatro modalidades de “B”, a saber: as bancadas da “Bala” (milicianos) , da “Bíblia” (fundamentalismo religioso pentecostal, católico carismático ou da *Opus Dei*, e outras formas religiosas judaicas ou maçônicas, sempre integradas ao neoliberalismo), a do “Boi” (agronegócio) e finalmente a do Banco (capital financeiro internacional)”.[[6]](#footnote-7)

Abundam evidências – devidamente encobertas e redefinidas pelas mídias - que apontam que estas frações têm combinado Golpes de Estado e facilitam a abertura para a entrada no país de interesses militares. A mesma tendência se verifica como uma possível forma de garantia da realização dos interesses internacionais, promovendo “à luz do dia” formas absurdas de expropriação de territórios e de abusos, resultando no esbulho das riquezas nacionais na América Latina.

Tais crimes de lesa-pátria são pelas classes dominantes fundamentados no estágio neoextrativista da acumulação capitalista, o que explica a estratégia anunciada dos desastres de Mariana, por exemplo, envolvendo a Vale, a Samarco e outras empresas transnacionais de mineração - para não mencionar as autorizações intempestivas criadas por projetos de Lei no Congresso ou por decretos do executivo que desmontam totalmente as garantias de proteção ambiental existentes, até as mais conservadoras, abrindo espaço para a legalização da invasão e garimpo em reservas indígenas.

Nos colocamos diante de uma hipótese bastante crível: o atual grupo político no poder, que se apresenta sob o manto óbvio de uma civilidade “defeituosa”, que tem o “ser bronco” como valor do qual não há necessidade de vergonha, situa esta oligarquia num lugar egóico, tendo a si mesma como “esperta” e demasiado acima do modelo de democracia burguesa no mundo, não importando em seu delírio que seja vista e tida mundialmente como atávica, atrasada e inapta para uma disputa séria no campo de poder global, naturalizando a espoliação ambiental e humana.

Dentro desta lógica, seria ingênuo esperar que houvesse qualquer preocupação em ao menos garantir as formas de direito e defesa dos subalternizados, mulheres, LGBTQIA+, assumindo-os, antes, como os legítimos candidatos ao trabalho precarizado, chegando às formas de “escravagismo contemporâneo”[[7]](#footnote-8), parte do projeto de espoliação do ser e da mão de obra humanas.

É nesse o quadro político, econômico e social em que se desenha em um Brasil dominado por uma versão de classe dominante que se ufana de seu ridículo, valoriza o analfabetismo político e gramatical, por ela mesma e por seu líder reproduzidos. Uma classe que não se importa em expor a total ausência de escrúpulos, tamanha a certeza da impunidade que se apoia no seguro suporte da Mídia que detém, monopoliza, e faz repetir exaustivamente, explícita ou subliminarmente que toda e qualquer defesa de “soberania” equivale a “comunismo”.

Há uma tentativa de legitimar-se interna e globalmente através da contradição máxima de uma diplomacia truculenta, que imersa na naturalização do ridículo e do absurdo, consegue apresentar-se como “confiável” ao uso. Tais estratégias, demonstram a hipótese aventada sobre uma oligarquia colonizada tão certa da primazia de seus objetivos privados como um valor superior, que deixa claro que a maneira “tosca” como se apresenta, funciona na desqualificação de uma inteligência política que valide uma defesa autônoma e soberana.

Este é o percurso por meio do qual as classes dominantes colonizadas, em total descompromisso com os interesses nacionais, se vendem e atingem seu objetivo de se apresentar como a melhor escolha de parceria para os países do primeiro mundo, ávidos pelo despojo das riquezas ambientais que ainda portamos, conseguindo exatamente o que pretendem, ao se conduzirem *pari passu* com essa imagem construída nesse esbirro tosco que ocupa a presidência.

Este preocupante fenômeno é uma ilustração do avanço, na conjuntura mundial, dos grupos de escala conservadora e ultraconservadora, que conquistaram o lugar de melhor de todas as parcerias no esbulho de seus países, evidenciando o quanto sempre estiveram prontos para destruírem qualquer possibilidade de cidadania em favor do desenvolvimento de um Estado Miliciano acima da lei, comprovando o quanto são perversas e descomprometidos com sua própria imagem de classe, colocando a truculência colonial acima da própria civilidade burguesa em geral.

Por outro lado, há que se observar e investigar o fato de que as diversas formações societárias e comunais se organizaram compreendendo, admiravelmente, que precisavam elas mesmas partir para uma ação abaixo do poder selvagem, para aliar-se enquanto luta de classes contra o Capital. Veja-se, como exemplo, o protagonismo camponês dos anos 90 e 2000, e hoje, o protagonismo indígena que se constitui e afirma para além das fórmulas do enquadramento marxista domesticado nas academias ocidentais ou aquele imposto abstratamente pelas Internacionais.

É aqui que o desdobramento de nossa hipótese dialética sobre a luta de classes demonstra que a agência de classe desde baixo tem imposto limites reais ao espólio do capital internacional. Veja-se a ocorrência de conflitos de resistência, apesar de todo terror imposto em toda a América Latina e a luta consciente em defesa de territórios e territorialidades, conquanto letal aos corpos-territórios, com destaque para os corpos do feminino como os mais odiados.

Interessante paradoxo: ao se colocarem como adversários do abuso internacional, e ao lutarem por seus interesses, também trazem à pauta a defesa da soberania do país e advogam pela defesa da vida da espécie em nível global, chamando atenção para um outro modelo de reprodução material e imaterial da vida.

Ao defenderem corajosamente seus territórios formam um dos mais significativos enfrentamentos e resistência contra o esbulho. Superam em padrões civilizatórios os modos de sociabilidade selvagens e toscos dos ricos e “vendilhões”. Porque quando lutam, sabem o que arriscam e não recuam jamais, superando formas de submissão, tortura e extermínio, pois avançam acima das dores de serem violados de todos os modos. São estes os construtores de uma real Modernidade do ambiente Latino Americano.

É preciso denunciar e registrar as manobras arcaicas e selvagens da oligarquia agrária, mas também ressaltar que as dores da violação dos “de baixo” ocupam efetivamente um lugar muito maior. As ações de classe desde cima, com sua truculência, estimulam a reprodução de conflitos, dado que atuam fora do contexto negocial entre capital e trabalho e identificam uma resposta a diversos e permanentes processos de opressão*.* Tais conflitos têm gerado um montante expressivo de corpos-territórios violados ou mortos. Por isso a violência de classe, assim como os conflitos, emerge nos indicadores das relações de dominação praticadas buscando representar uma certa “normalidade” e, nesta medida, o “conflitar” aparece como característica que interessa à classe que domina.

Há, na história, variados exemplos dos corpos violados e abusados no Brasil sob a égide do ódio elitista e patriarcal. Mas voltamos, neste ponto do artigo, a destacar a escolha das Mulheres, cada vez mais como o “corpo-território” mais abusado, violado e exterminado com uma crueldade que é publicamente amenizada e justificada, tanto pelo Estado como pelos interesses privados.

Quando se analisa o extermínio encomendado de lideranças femininas, a situação parece trazer um dado extra, ao demonstrar uma certa valoração da crueldade subjetivada. Como se os matadores contratados utilizassem uma espécie de excedente pessoal misógino, não necessariamente remunerado, expondo “por conta própria” sua raiva patriarcal intrínseca.

São observados casos de preferência pelo uso de objetos perfurantes em um processo repetitivo e lento, como se propiciassem o aumento da punição exemplar, em lugar de um tiro certeiro e limpo, diante da família e dos filhos, geralmente utilizado contra lideranças masculinas. Mata-se ou tortura-se agudizando a dor, como se pelo simples fato de serem mulheres, merecessem essa afirmação exemplar de uma morte cruel a fim de não deixar dúvidas quanto ao desvio de seu devido lugar!

Desde 1985, os relatórios[[8]](#footnote-9) sobre Conflitos no Campo da CPT têm representado um dos maiores patrimônios de registro dessa memória, garantindo assim o não apagamento da agência humana de resistência à opressão, e permitindo uma compreensão da história dentro de condições objetivas e em movimento, para assegurar que a letal ação das oligarquias agrárias, percebidas como não necessariamente legais e até suspeitas dentro do ponto de vista da Lei e do Direito, permaneça sendo contestada.

A burguesia autocrática[[9]](#footnote-10) personificada em “bancada ruralista”, avaliza formas de apropriação de patrimônio e terras, sobretudo, da União, se introduzindo de modo promíscuo no aparelho Estatal que dificilmente poderá atuar, colocando-se, pois, acima da sociedade, e sempre que possível, viabilizando formas de não pagamento de dívidas públicas, envolvendo impunidade e descompromisso. E assim, constituem a singularidade das relações de dominação na América Latina, por atuarem assegurando suas vantagens privadas, e ancoradas pela posse concentracionista da terra e manutenção de sua agência enquanto interesse de classe, dentro ou fora da legalidade.

Como uma continuidade política e ideológica inerente a uma suposta posição subordinada para cada país do continente, garantindo e reproduzindo em suas dinâmicas o discurso camuflado sobre o domínio obtido pela Europa por invasão e esbulho, através de uma aparência fictícia de “descobrimento” supostamente superior, quando nada mais significou do que resolver a crise europeia naquele momento histórico.

E desde então nossas elites se definem pela escolha autocrática de não realização de qualquer projeto de nação. Chico de Oliveira[[10]](#footnote-11) os identifica como “*lumpen* burguesia”, ou “resto de classe” como os indigentes e desvalidos dos segmentos de baixo da sociedade tal qual apresentados no 18 brumário, de Marx[[11]](#footnote-12).

Trazemos aqui, no âmbito da sociologia, e como parte do trabalho do Observatório Fundiário Fluminense[[12]](#footnote-13), como intelectual coletivo, uma dimensão epistemológica para acompanhar a leitura dos acontecimentos e o lugar crítico deste tipo de registro, onde o saber acadêmico precisa se colocar em diálogo e em compartilhamento com o saber popular baseado na experiência, sob pena de não chegar a conhecer a realidade social em sua integralidade.

O que ficou obscuro foi em que medida a ciência resultante desse modo de viver ideologicamente condicionado pela colonização, patriarcalismo, escravagismo e capitalismo resultante, foi afetada em sua capacidade objetiva e filosófica de “dar conta” e explicar efetivamente o que é e como se estabelece e se desenvolve a própria sociedade dos homens historicamente datada aqui em nosso espaço e tempo.

A dimensão epistemológica raramente foi questionada, já que aceita e naturalizada eurocêntricamente e assim estabelecida. De tal modo, permaneceu sob um espesso véu, a real e intrínseca tensão entre o conhecimento acadêmico eurocêntrico e o saber “experienciado”, como desafio fundamental para se chegar a produzir ciência.

O valor cognoscitivo está em se conceber criticamente que a completude do conhecimento científico precisa passar pela recuperação de um diálogo rico e produtivo entre essas formas de saber - para que resulte do confronto tenso de formas de conceber – e então tornar-se nos melhores indicadores da importância da construção de uma nova e outra epistemologia, onde se assuma que o conhecimento não pode ser definido como insuperável e irreconciliável entre o pensar e o existir, e que se reconheça que essa separação foi histórica e arbitrariamente definida pelo capital para permitir a dominação inclusive na ciência.

O saber sociológico autônomo assume que a realidade social é diversa e não homogênea (totalização das formas do viver), e que pode ser conhecida sempre quando as formas de conceber e explicar a vida são colocadas em debate e confronto, num modo que reconhece como incompletas cada uma das formas de pensar e experienciar, ao mesmo tempo em que são legítimas cada uma delas como formas de explicação, porque tanto as instruídas da academia, maiormente abstratas, quanto as baseadas no concreto da reprodução da vida[[13]](#footnote-14) tem a mesma possibilidade de abrir o pensamento científico para então chegarem à superação daquilo que foi sendo historicamente apresentado como irreconciliável.

Assim, quando entram em confronto, é que criam as possibilidades mais afirmativas do conhecer. Como? Apenas por colocarem em confronto as diferentes formas do ser e do existir reagindo à separação do trabalho intelectual relativamente à uma certa incorporação da negação do conhecimento produzido por parte de quem de fato vive a experiência de estar neste lugar de fala.

Torna-se essencial interrogar a própria academia como um lugar de excelência única e inquestionável de conhecer e explicar a “verdade”. Para que o sujeito social seja revelado em cada caso, não meramente tomado como um suporte fixo e reprodutor de situações abstratamente preconcebidas sem qualquer aproximação com o concreto empírico. Por ser vivo e estar em ação, é preciso convocá-lo para participar da explicação do mundo em que vive e se reproduz, e só então se fará completa a visão crítica e dialética da ciência sobre a realidade humana. É quando o saber poderá abrir-se à criação de uma outra teoria insurgente acumulada de sentimentos políticos que procure demonstrar, em que medida as determinações arbitrárias que influenciam o pensamento acadêmico estabelecido, se acomodam e não conseguem solitariamente encontrar quaisquer aspectos extraordinários na vida social.

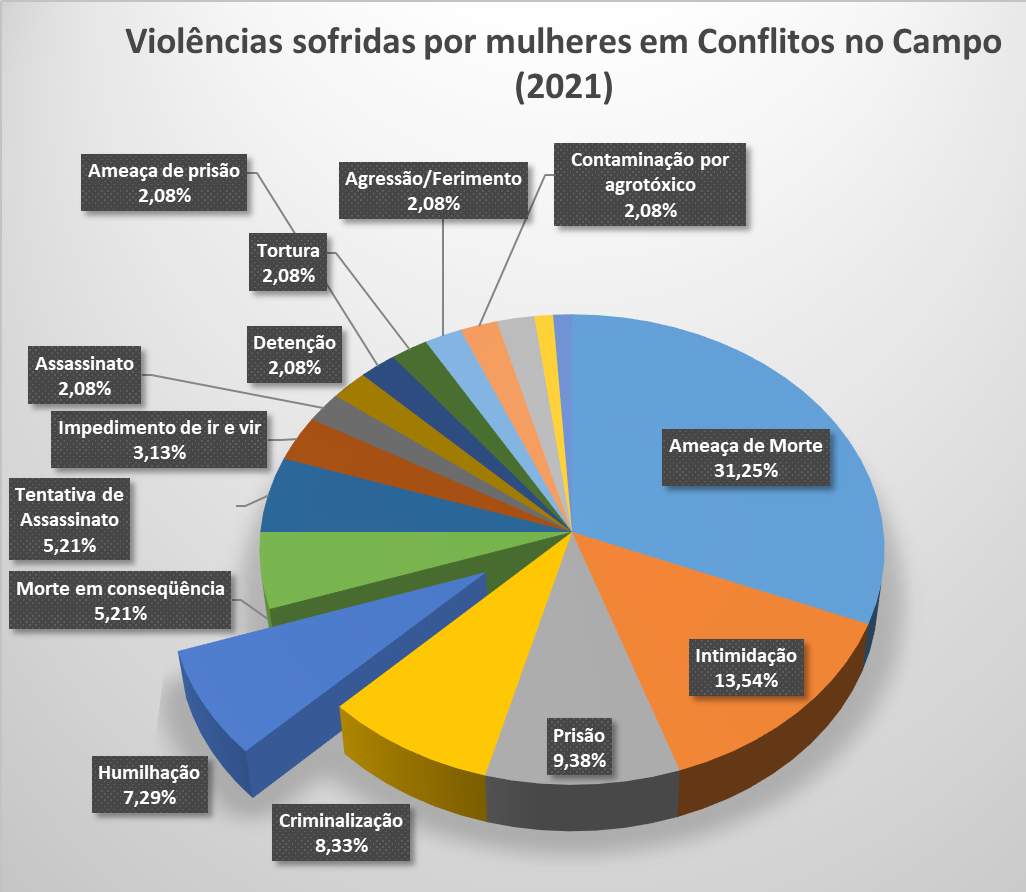
Para ajudar os leitores a interpretar cada registro deste relatório, entendemos ser necessário mostrar em que medida hoje, neste estágio da acumulação capitalista neoextrativista[[14]](#footnote-15), que aprisiona em formas de "necrogoverno", as incríveis dinâmicas do “bem viver” comunal enquanto modo alternativo de reprodução material e imaterial da vida, desde antes da colonização, e que ainda resiste.[[15]](#footnote-16)

Experiências que podem revelar que uma reprodução política das causas do sucesso das formas de domínio capitalísticos não sejam “naturais”, mas ideologicamente constituídas e é por isso que ouvir o conhecimento baseado no lugar da *experiência[[16]](#footnote-17)*, é chave para a ciência do concreto. Afirmamos o sentido a defesa do “lugar de fala” dos agentes sociais que experienciam a vida enquanto subalternizados – como metodologicamente essencial. Por isso, escolhemos afirmar nossa autora parceira na escrita, para que esse artigo possa conter o que apontamos juntas: um lugar de fala.

Ao longo da última década, os relatórios apresentam marcas de violência de classe. Percebe-se que essas formas arbitrárias de domínio se manifestam independente dessas opções e programas partidários diferenciados, pela continuidade no poder imposta por este segmento de classe, sempre de modo promíscuo dentro das esferas institucionais públicas, incluindo o Estado.

É neste tecido sociopolítico que se contextualizam os dados presentes na publicação Conflitos no Campo Brasil 2021, e assim o Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (Cedoc-CPT)[[17]](#footnote-18) apresenta as categorias, ou descritores, que são sínteses de violência contra a pessoa, aqui resumidas em termos de: agressão; ameaça de morte; aprisionamento; cárcere privado; humilhação; morte em consequência; prisão; intimidação; e tentativa de assassinato.

A afetação de gênero sobre comunais ou originários, aplicou-se nos últimos anos particularmente nas mulheres indígenas – as mais afetadas em termos de perseguição e violência no país – em uma diversidade de formas de Intimidação e de Humilhação recorrentes. Entre as duas principais violências contra a pessoa sofrida por mulheres em conflitos no campo em 2021, a Ameaça de Morte e a Intimidação representam, respectivamente, 31,25% e 13,54% das violências sofridas por elas. Contudo, embora a Humilhação seja apenas a quinta violência mais sofrida por mulheres, com 7,29% das violências, ela tem um peso maior do que para os homens. Entre as violências sofridas por eles, foi a décima maior violência sofrida, com 3,92%. Enquanto relativamente a quilombolas, se destaca a Humilhação repercutindo uma referência racista como a mais recorrente! Se nos homens quilombolas, ela representa 25% das violências sofridas, para as mulheres quilombolas ela consistiu 40%, a principal violência vivenciada por elas. Há uma nítida sinalização de que a humilhação indica o agravante de ser negro (a) e ser mulher nos conflitos no campo. A condição de agravante de ser uma mulher quilombola mostra-se ainda mais gritante quando observamos o conjunto das violências sofridas por elas entre os anos de 2011 a 2021: 21,13% das violências foram estupros!

**Gráfico 1** – Violências sofridas por mulheres em conflitos no campo (2021)

Fonte: Gráfico elaborado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno – CEDOC/CPT (mar. 2022)

Consolidando a escolha pela voz “compartilhada”, na produção da análise, destacaremos a constituição do saber a partir da metodologia que chamamos de Lugar de Fala. Assim, Ana Cláudia, coautora, vai se tornar, agora, Ana Mumbuca, quilombola do Jalapão, no Tocantins, na fronteira agrícola do agronegócio que avança sobre reservas e áreas de preservação ambiental. E sua fala irá se tornar, desde sua primeira formulação, a diversidade real da sociedade brasileira ao mesmo tempo em que uma forma de construção diferente do modo hegemônico, portanto seu simples olhar reprodutivo nos oferecerá – numa Sociologia “desde abajo” – uma outra explicação sobre seu agir e existir e então poderemos compreender, por que, apesar da truculenta violência que sofrem, a sua constituição e seu modo de ver e de se conceber como humanidade comunal, representa uma potência reativa mais do que significativa, que aponta em si mesmo, o sentimento político da coragem de reagir. Nos diz Ana Cláudia, a partir daqui, Ana Mumbuca:

Tenho 32 anos na vida real, mas 35 no documento por conta de um erro quando meu pai foi me registrar aos 13 anos de idade. Sou filha de amansador de cavalo e aprendi desde cedo o exercício da doma. Viver no Quilombo é saber se integrar não apenas com os humanos, mas com todas as vidas que existem aqui. Pertencemos ao povo de muitas memórias que são revividas geralmente ao redor da fogueira. Quem vive na comunidade quilombola Mumbuca é acostumado com batata e mandioca assada, alguém tocando viola de buriti ou puxando uma conversa ao redor do fogo. Isto é imprescindível, pois é aí na roda que as memórias passam a ser “de todos”.

O Jalapão tem seu nome derivado da planta medicinal Jalapa e o quilombo Mumbuca é o nome de uma abelha nativa. E neste lugar realizamos a arte do convívio coletivo há mais de 200 anos no Cerrado de Tocantins.  Existem, juntos, 9 quilombos, no município de Mateiros. Quando foi criada a unidade de conservação Parque Estadual do Jalapão, não fomos sequer identificados no mapa da área delimitada pelo Estado. Fomos considerados como "ninguém" e até desde então todo o nosso território se encontra sobreposto a essa área. Vivemos o embate da violência estatal seja ela pela criação de unidades de conservação ou incentivo a projetos de agronegócio dentro da área do MATOPIBA.  E então a agressão passa a ser também de origem privada. A violência é cotidiana sobre nossos corpos e sobre nosso território fêmea. E somos nós mesmas o próprio território quilombola que criamos para nos acolher, reproduzir nossa resistência contra o mando escravocrata e que ainda hoje parimos como identidade, como lugar de existência que abriga homens, velhos, crianças, bichos, plantas, morros, rios, paisagem com chuva e sol, junto com os encantados e sonhos na reprodução material e imaterial da vida não capitalisticamente priorizada.

Face à violência letal que se abate sobre os territórios comunais, cuja representação da Mulher enquanto modo reprodutivo se coloca como essencial, parece que a simples manutenção do existir (e, neste sentido o lugar da Mulher torna-se chave) já se traduz como modo de contradição sem qualquer ação, na medida em que se coloca como perigo e ameaça ao modo econômico dominante. Certamente esse existir explique até mesmo o absurdo e arbitrário padrão da truculência que se impõe, entre os quais os atrasos, negação legal ou invasão de demarcação de territórios comunais se inclui.

A fala de Ana Mumbuca é clara: …o modo de “viver junto”, é ancestral. A reprodução junto com os sapos, com os macacos, com o Cerrado, com nossas famílias nos faz forte para continuarmos em enfrentamento e na luta por dias melhores. Nós, pessoas “mumbucas”, não tivemos nem temos uma história escrita, ou modos de vida que constem nos registros institucionais do país. Nos cartórios, não existem documentos sobre nós. Nossas histórias não estão nos livros.

Ainda assim, por gerações e gerações a vida da Mumbuca foi registrada pelo falar. Inúmeros são os métodos de compartilhar conhecimento. Somos gerações que decorrem da primeira mulher, a indígena Jacinta e o negro oriundo das terras nordestinas Rufino. Mulheres importantes são a Jacinta, Guardina, Laurina, Laurentina, Almerina, Guilhermina e Noemia. Mulheres guardiãs de saberes ancestrais que permanecem presentes. Somos as ramificações de mulheres fortes que exercem a função de "ensinar" a viver.

Ainda vivemos o desafio de registrar/ecoar as violências sofridas em nosso território. A intimidação é visível e constante e assim é que a dor nos coloca na condição de sofrer em silêncio, remarcando pela existência, apenas as imagens das belas paisagens naturais do Jalapão Tocantins. Mas o que não podemos negar é a necessidade (certamente visceral) de não deixar que apaguem nosso lugar.

O desmatamento afeta de modo agudo e ressignifica os corpos das mulheres - que remarcam sua condição desde útero no coletivo, por que são a base da comunidade de famílias agrupadas, como uma espécie de corpo território. Por que? Porque o corpo da mulher se refere ao lugar de reprodução da família e da própria comunidade onde o viver depende de ser parte de uma condição comunitária.

Desta forma, o desmatamento, pior ainda por ser ilegal pode ser fatal. Os conflitos individuais aparecem reduzidos, entretanto, escondem o fato de que aumentaram significativamente em termos de famílias atingidas, entre os anos de 2020 e 2021. Afetando menos individualmente, mas amplamente, em termos do número de famílias neste período. Esse dado demonstra que houve, um impacto radical sobre o ser reprodutivo comunal, tribal, tradicional.

Neste sentido, cabe a pergunta sobre quais categorias sociais causaram ações mais definitivas em relação a esse fator desagregador social em termos de condução dos conflitos de terra decorrentes de práticas de desmatamento. E, o relatório responde: em 13,27% dos casos, foram fazendeiros; em 13,27% grileiros (falsos proprietários de terra sem documentação legal); em 1,90% dos casos destacou-se o próprio Governo Federal; e, em 29,86% dos casos setores representativos de madeireiras e garimpo. Basicamente, esse é o quadro geral de desmonte de experiências e de processos comunais anteriores à ocupação cultural de territórios no país.

Atualmente, desmobilizados por interesses financeiros exógenos sem qualquer consideração sobre os grupos sociais anteriormente estabelecidos nessas áreas e suas tramas vividas e intrinsecamente estruturadas e significadas como nativas e sem qualquer avaliação quanto ao destino dessas riquezas naturais expropriadas transformadas em mercadorias de acumulação produtiva em franca apropriação privada estrangeira e individualizada sem qualquer retorno em termos de crescimento econômico nacional.

Dentro deste contexto, destacam-se como atingidos em sua reprodutibilidade sociológica, em modo radical, prioritariamente, Indígenas (36,49%); Quilombolas (12,32%); Posseiros (13,79%); e Sem Terras (2,84%). No contexto da pandemia do COVID 19, o mundo rural – enquanto modo de vida, e ambiente de populações nativas, originárias, tradicionais ou recém ocupadas, emerge como absurdamente marginalizado e em forma de abandono e até determinado por ações identificáveis como genocídio a partir do Estado.

Apesar do decreto da política de “Despejo Zero” no quadro pandêmico a necropolítica do Governo Bolsonaro, em franco expansionismo de um modelo de Estado Miliciano e submisso ao capital internacional (sobretudo na referência do eixo norte americano), os despejos, apesar de ilegalizados, tornaram-se mais frequentes. Aumentou o número de despejos judiciais envolvendo a destruição agressiva e abusiva de pertences dos despejados; aumentou o desmatamento ilegal e a grilagem de terras sem qualquer comprovação cartorial, mas respaldada por relações de clientela política privada asseguradas por lógicas de interesse de classe. E assim constituiu-se o incremento desmedido da violência contra ocupações e posses de terra (ainda que de longa data) durante o atual governo, o qual suporta, em larga medida, nenhuma restrição à ilegalidade como padrão.

As formas instituídas de violência sem qualquer normatização legal neste governo, privilegiaram o cercamento do acesso à terra, através de certas formas de abertura para invasões privadas acobertadas; grilagem assegurada; e de despejos judiciais, além de uma estratégia de oportuna revisão da regularização fundiária de terras reformadas ainda não tituladas ou reguladas, tentando possibilitar um redirecionamento, fomentando sua revisão em direção ao aquecimento do mercado de terras a baixo custo, e aberto a qualquer interessado.

Recentemente, a legislação de regularização fundiária tem trazido formas estratégicas de manipulação disfarçada do mercado de terras, voltadas para um claro processo de reconcentração fundiária pelas elites, ao propiciar principalmente, o barateamento de terras que deveriam ter sido asseguradas para a reforma agrária ou asseguradas pela regularização de reservas ou demarcações que acabam por ficar abandonadas sem definição legal e propiciando um claro retorno ao mercado a preço barato.

Entre as categorias que causaram conflitos por água, destaca-se, no ano de 2021, a mineração Internacional, tendo sido responsável por 29,60% deste tipo de conflito. Entre os mais atingidos foram escolhidos para serem destratados, com a conivência do Governo, ribeirinhos (em 19,49%); quilombolas (14,47%) e indígenas (17,10%). Nesta conjuntura (entre 2020 e 2021), destacam-se os estados de Bahia, Pará e Minas Gerais.

Entretanto, a resistência desses povos também deve e merece ser sublinhada porque o aumento da violência de classe não foi acompanhado de um recrudescimento da luta. Ao contrário, expressou formas organizadas e articuladas de ação coletiva e trouxe um protagonismo indígena que, nos termos de E.P. Thompson[[18]](#footnote-19), poderia ser chamado de o fazer da classe em luta acionado por uma lógica de resistência defensiva comparada à violência no padrão de um processo genocida encaminhado pelo Estado.

Enquanto os quilombolas tornaram-se cada vez mais integrados a ações comunais para sobreviver procurando emergir como sujeitos de luta tanto quanto os segmentos originários. Poderíamos dizer que pouco tivemos na história do país uma identificação orgânica tão claramente estabelecida, acima dos padrões culturais diferenciadores até então verificados.

A pergunta da conjuntura que fica é esta: tornaram-se os indígenas (em especial) e quilombolas, quando se juntam a outras frentes coletivas de trabalhadores, e em processo organizado de enfrentamento, um modo de classe? E sem perder sua condição identitária, apenas demonstrando que no capitalismo a luta de contradição principal é de classe e que se pode organizar segmentos de confronto sem que percam sua condição de autonomia histórica onde podem – para além do Estado burguês e do direito burguês, expressarem sua diferença estrutural e contraditória em relação ao capital?

Olhar o mundo a partir do “ser mulher liderança de um Quilombo” traz ensinamento e explicações. Neste lugar de existência, coloca-se em foco, o compromisso de ecoar labutas pelo viver digno, e, mesmo em um contexto de violência, as mulheres emergem na tessitura que articula passado, presente e futuro, impregnado de necessidades defensivas para estar vivo como comunidade. O existir comunal se faz a partir de um viver ancestral que carregamos pelo compromisso com as gerações que passaram e as que virão.

As diversas facetas da violência enfrentada pela mulher quilombola não impedem a compreensão de que apesar de tudo é possível garantir o viver mesmo sob tensão. Uma vez que nós mulheres é que somos, neste nosso lugar e ambiente subordinado, oprimido – mas também desafiador – um modo incomum e consciente quanto ao fracasso reprodutivo do capital. Um lugar assertivo quanto à nossa potência, desde que não rompamos com a nossa condição comunal reprodutiva.

Reconhecido isto, é possível verificar em que medida toca às mulheres, batendo seus diversos tambores, a própria continuidade autônoma e libertária. O que fazer diante deste cenário de morte? E quando os instrumentos legais não são cumpridos, como é o caso do decreto 4.887/2003, corremos risco de continuarmos sendo violentadas? É preciso conhecer e reagir às estratégias de domesticação, se não será impossível superar o modelo de produção opressor que avança de forma avassaladora sobre as nossas comunidades em especial aos corpos das mulheres que sempre se colocaram como guardiãs do sagrado e da germinação das vidas.

É o momento de refletirmos, com quem podemos confluir para enfrentar estes tempos. O cenário apocalíptico não é uma mera previsão, mas uma construção sistematizada. É tempo de anunciar defesas que contrariam o sistema de sofrimento em vez de desenvolvimento, por isso marchamos por mais ações de classe. Nós mulheres rebeldes da cidade ou do campo, se quisermos seremos a marca contundente que Palmares e Dandaras existirão sempre.

**INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS**

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história**: ensaios políticos de Samir Amin. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. 1 ed. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ 2010.

FEDERICE, Silvia. **La revolución feminista inacabada**: Mujeres, reproducción social y lucha por lo común; Escuela Calpulli. 1 ed., México, 2013.

FERREIRA, Joelson. **Por terra e território**: caminhos da revolução dos povos no Brasil / Joelson Ferreira, Erahsto Felício. 1 ed. Arataca (BA): Teia dos Povos, 2021.

HOLLOWAY, John. Zapatismo. **Reflexión teórica y subjetividades emergentes**. John Holloway, Fernando Matamoros Ponce, Sergio Tischler; Edicion y compilación Néstor López. 2 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, Puebla, Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Afonso Vélez Pliego”. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2016.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: Debates sobre a lei referente ao furto de madeira. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NEDER, Gizlene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. 2 ed. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

PRONERA. **Instituto de Estudos em Direito e Sociedade**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Marabá: 2021.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. O trabalho coletivo do OBFF: Por uma sociologia “desde abajo”. **Confluências**: revista interdisciplinar de sociologia e direito, Niterói, v. 21, n. 2, p. (9-31), ago. 2019.

\_\_\_\_. Panorama e desafios dos povos indígenas no contexto de pandemia do covid-19 no Brasil. **Confluências**: revista interdisciplinar de sociologia e direito, Niterói, v. 22, n. 2, p. (335-360), ago. 2020.

ROUGEMONT, Laura dos Santos. **À Margem da Voz**: repensar a fronteira a partir da violência política e dos genocídios de gênero na Amazônia. Marília: Lutas Anticapital, 2021.

SOF Sempreviva Organização Feminista. **Neoliberalismo, trabalho e democracia**: trilhas feministas. Helena Zelic, Renata Moreno (Orgs). São Paulo: SOF, 2020.

SABATINI, Silvano. **Massacre**.1 ed. São Paulo: CIMI – Conselho Indigenista Missionário, 1998.

SANTOS, Claudelice Silva dos. **Violação dos Direitos Humanos em Conflitos Ambientais na Amazônia Oriental Paraense:** O caso do assassinato dos ambientalistas Zé Claudio e Maria do Espírito Santo. 2021. TCC (Bacharel em Direito). Orientador: Edimilson Rodrigues de Souza. 2021, 86 p.

Trabalho Necessário. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, **Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação**. Ano 1, n. 1 (2003). Niterói: NEDDATE, 2003.

1. Professora Associada da Universidade Federal Fluminense; Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais; Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD-UFF); Linha Conflitos Socioambientais Rurais; Coordenadora do Observatório Fundiário Fluminense-OBFF-UFF. [↑](#footnote-ref-2)
2. Quilombola, artesã, agricultora, assistente social; Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade de Brasília – UNB; parceira do Observatório Fundiário Fluminense - OBFF- UFF. [↑](#footnote-ref-3)
3. Cf. THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: A origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [↑](#footnote-ref-4)
4. Cf. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. [↑](#footnote-ref-5)
5. Cf. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: Brasil 2021. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno. Goiânia: CPT Nacional, 2021. 279 p. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>. Acesso em: 20 mar. 2022. [↑](#footnote-ref-6)
6. BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra:** a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária: UFRRJ, 1997. [↑](#footnote-ref-7)
7. Ver os textos do Eixo Trabalho, neste volume do relatório, para aprofundamento no tema. [↑](#footnote-ref-8)
8. Ribeiro, Ana Maria Motta, Antunes, J. L. C., Camello, L. B., de Souza, M. J. A., & Souza, W. K. do A. (2020). Os cadernos de conflitos no campo da CPT. **Revista Trabalho Necessário**. 18(36), 404-429. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i36.42818>. Acesso em: 20 mar. 2022. [↑](#footnote-ref-9)
9. Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. [↑](#footnote-ref-10)
10. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. [↑](#footnote-ref-11)
11. Marx, Karl, 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx ; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels) [↑](#footnote-ref-12)
12. Observatório Fundiário Fluminense. Disponível em: <http://obff.uff.br/> . Acesso em 20 mar. 2022. [↑](#footnote-ref-13)
13. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. A ciência do concreto. *In:* LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. (Tradução de Tânia Pellegrini). Campinas: Papirus, 1989. p. (15-50); TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2013. [↑](#footnote-ref-14)
14. Cf. AGUILAR, Raquel Gutiérrez. Los Ritmos del Pachakuti: Levantamiento y movilización en Bolívia (2000-2005). 1 ed. México, D.F.: **Sísifo ediciones**, Bajo Tierra Ediciones y el Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades “Afonso Vélez Pliego” de la BUAP, 2009. [↑](#footnote-ref-15)
15. Cf. NAVARRO, Mina Lorena. **Luchas por lo común**: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales em México. 1 ed. México: Bajo Tierra, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2015. [↑](#footnote-ref-16)
16. Cf. THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**: A origem da lei negra. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. [↑](#footnote-ref-17)
17. Cf. Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino> . Acesso em: 20 mar. 2022. [↑](#footnote-ref-18)
18. THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. 1 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2021. [↑](#footnote-ref-19)